

Formação e Investigação – Que Soluções?

JOÃO M. VIDEIRA AMARAL

Resolvi trazer para editorial dois tópicos que requerem amplo debate entre todos os que se interessam pela saúde da criança e do adolescente: formação e investigação. E faço-o na esperança de que a leitura deste escrito suscite nas páginas da Acta Pediátrica Portuguesa outras opiniões para confronto.

Passaram quatro anos sobre o início de funcionamento do novo Programa de Formação do Internato Complementar de Pediatria e, dentro de um ano a comunidade passará a ter ao seu serviço novos pediatras formados segundo um novo modelo pedagógico com algumas inovações dizendo respeito, essencialmente, ao treino clínico descentralizado o qual passou a efectivar-se também em hospitais distritais e centros de saúde.

Será importante, agora, ouvir os testemunhos dos vários intervenientes envolvidos no processo, os próprios internos e os seus formadores a fim de apurar se o investimento correspondeu às expectativas. Haverá, assim, que proceder à avaliação correcta do processo para saber se os objectivos foram atingidos, isto é, se os pediatras formados segundo o novo modelo estarão em condições para propiciar uma resposta mais efectiva ao serviço a que a comunidade aspira.

Pode, pois, perguntar-se: Terá valido a pena a mudança? Haverá que reformular os tempos de estágio? Será que o tempo estipulado para o treino em hospitais distritais e centros de saúde é o adequado? Dada a carência de pediatras no interior do país, não se justificará a reestruturação do internato complementar de modo que cada médico, no início daquele, já saiba que ficará colocado, uma vez obtida a especialidade, em determinada instituição com défice? Estas e outras questões foram debatidas, em Janeiro passado, num encontro de responsáveis pela

formação de internos de Pediatria no nosso país promovido pelo Professor Gomes Pedro e o debate teve continuidade no Congresso Português de Pediatria de Vila da Feira sob os auspícios da Secção de Educação Pediátrica da Sociedade Portuguesa de Pediatria em Maio último.

Li com todo o interesse, há dias, uma entrevista dada a um Boletim Informativo da Ordem dos Médicos, pelo Prof. Rui Lourenço, prestigiado médico português radicado nos Estados Unidos e actualmente reitor duma Universidade naquele país. Tal entrevista veicula diversas mensagens e, a propósito do tópico «investigação», o referido cientista pôs o dedo na ferida ao afirmar que a investigação deveria começar já na fase da pré-graduação e que no âmbito das carreiras hospitalares a sua prática efectiva deveria constituir condição *sine qua non* para a respectiva progressão.

É bem conhecido, com efeito, que nos países com grande produção científica e em que a investigação tem estatuto de maioridade, a mesma ocupa um período significativo do tempo da pós-graduação, no pressuposto de que a mesma constitui um investimento que se repercutirá futuramente em termos de melhor qualidade assistencial. De referir, a propósito, que é habitual, nalguns países, as sociedades científicas criarem prémios para galardoar trabalhos realizados por jovens médicos, significando, esta política, que é fundamental apostar em gente jovem, a semente que dará frutos mais tarde.

E qual o panorama no nosso país? Argumenta-se, em geral, que a nossa baixa produtividade científica se explica por falta de condições em relação, sobretudo, com a inexistência de centros de investigação nas instituições de saúde. Cabe referir, no entanto, que há recursos de grandes potencialidades no nosso meio como os institutos universitários das chamadas cadeiras básicas que poderiam funcionar em perfeita simbiose com serviços assistenciais. E em Portugal laboram alguns centros de excelência com estas características, o que foi comprovado por uma comissão internacional de avaliação.

Correspondência: João M. Videira Amaral
Rua do Lobito, lote 74
2775-229 Parede
Facsimile: 214 571 892
Endereço electrónico: jmvamaral@mail.telepac.pt

Aliás, há matéria a investigar englobada no conceito de investigação aplicada que não exige grande sofisticação de recursos técnicos.

A propósito da investigação exequível no nosso meio, desejava citar duas personalidades: Corino de Andrade, que sempre aplicou o lema «investigar para resolver problemas concretos» e Umberto Eco que, respeitando os princípios do chamado cientismo, numa das suas obras afirmou que «investigar é estudar coisas que não tenham já sido ditas ou rever coisas com uma óptica diferente desde que tal seja útil aos outros».

Para tentar reverter o que há de pejorativo neste âmbito no nosso país, haverá, pois, que criar incentivos para estudantes e jovens médicos, uma vez que a investigação, para crescer e se desenvolver, tal como as sementes, precisa de condições ambientais adequadas. Neste linha, desejava citar um dos bons exemplos de incentivos criados em Portugal (há mais, claro) para jovens investigadores (internos do internato complementar) no âmbito da Secção de Neonatologia da Sociedade Portuguesa de Pediatria: trata-se de um evento designado por Gala de Internos em que é instituído um prémio ao melhor trabalho de investigação apresentado.

Mas, pergunta-se, como motivar os mais novos se a investigação praticamente não conta para progredir na carreira, dada pontuação irrisória que é atribuída a tal parâmetro na avaliação em concursos? Outro passo im-

portante para tentar modificar o panorama seria, então, modificar toda a regulamentação de modo a poderem ser valorizados condignamente os trabalhos merecedores que tragam inovações e que sejam úteis à comunidade.

Por fim, tal como acontece noutros países, seria importante que as próprias administrações hospitalares disponibilizassem parcela importante do seu orçamento para a resolução de problemas concretos da instituição o que contribuiria seguramente para a melhoria da qualidade da assistência. Muito do trabalho científico que se tem produzido no nosso país com projecção extra-fronteiras diz respeito essencialmente a ensaios clínicos englobando diversos centros com o apoio do grande mecenas que é a indústria farmacêutica.

Em suma, admito que seja necessária uma verdadeira revolução de mentalidades para alterar o que não está bem. Mas, porque os grandes projectos e as revoluções não se fazem de improviso nem com acções isoladas, será indispensável que se crie um grupo forte e determinado integrando, entre outros, representantes da Sociedade Portuguesa de Pediatria e respectivas secções, responsáveis pela pré- e pós-graduação, investigadores de carreira de reconhecido mérito e representantes do Colégio de Especialidades da Ordem dos Médicos para demonstrar, junto de quem tem poder para legislar em Saúde, Educação e Ciência, que é necessário mudar muitas coisas.